



## ATA/CONSEA-ES Nº 02/2026

Vitória/ES, 26 de março de 2026

### ATA DA 192ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA/ES

Data: 26 de março de 2026

Horário: 14:30 às 16:30

Local: Sala dos Conselhos na Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, reuniram-se os conselheiros e conselheiras do CONSEA/ES – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo, com as seguintes presenças: Isadora Chagas Queiroz, Christiane Bonatto Mafra, Juliane de Araújo Barroso, Jacinta Cristina Barbosa, Daniela Cristina Neves de Oliveira, Raquel Gonçalves Cavalcante Norte, Géssica Oliveira de Paula Santos, Luana Leite Machado Bolleli, Adriana de Fátima Bravim, Maria José de Souza Rodrigues, Jefferson Brito Pereira, Aristeu Maria Júlio, Reginaldo Penha, Carlos Renato Pereira Pinto, Elci Lobão Medeiro, Cintya Silva Schulz, Carlos Ajur Cardoso Costa, Denize Correa Coutinho, Luara Monteiro, Giovanni Lívio, Ana Paula Carvalho Barbosa, Leomar dos Santos Luciano, Jhonny Denilson da Silva, Silvio Nascimento Ferreira, Roicles Coelho, Ivan Campos Bragança e Cleila Medina, em sessão plenária ordinária, para tratar da seguinte pauta: **1- Aprovação da Ata da sessão plenária de 26/02/2026; 2- Espaço das Comissões; 3- O SISAN no ES – Avanços e êxitos 4- Informes.** O presidente Giovanni Lívio iniciou a reunião prestando homenagem às mulheres pelo Dia 8 de março, em nome do conselho. Destacou que, sem elas, o cuidado em todos os níveis não aconteceria. Por fim, agradeceu a todas e parabenizou pelo seu dia. Giovanni apresentou uma lembrança simbólica, confeccionada especialmente, representada por uma roda de mulheres. Destacou ainda a frase do Conselho Nacional: “Se as mulheres protegem a vida, a vida das mulheres precisa ser protegida.” Em seguida, o presidente realiza o sorteio de dois blocos alusivos ao dia da mulher, sendo as ganhadoras a conselheira Ana Paula e a conselheira Luana, em seguida, o presidente solicita autorização para gravação e registro fotográfico da reunião. Aprovado. Logo após, Giovanni informa que a sessão do próximo mês (abril) será especial, com a presença de presidentes e presidentas dos Conselhos Municipais. Informa ainda que a sessão será realizada no auditório, no 18º andar, com o objetivo de fortalecer a parceria entre o conselho estadual e os municipais, ocasião em que será criada a Comissão Permanente IV do consea/es, composta pelos presidentes e

presidentas dos conselhos municipais. Destaca que haverá reunião prévia às 13h com os presidentes municipais, seguida da participação na plenária. Logo após, Giovanni informa que o grupo de trabalho da 7ª Conferência Estadual +2, segue reunido. Informa que a data prevista é 10 de julho de 2026, com participação aberta a titulares e suplentes deste colegiado. Acrescenta que a metodologia será apresentada posteriormente. Na sequência o conselheiro Carlos Ajur pede a palavra, que lhe é concedida e propõe incluir a apreciação e votação da proposta do II PLANO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ES, considerando que já foi apreciado nas comissões de trabalho. Não havendo manifestação contrária foi incluído na pauta. A seguir o senhor presidente coloca em votação a pauta do dia, sendo a mesma aprovada a unanimidade. No **ponto 1** de pauta, Giovanni coloca em votação a ata da sessão plenária anterior, sendo a mesma aprovada por unanimidade. No **ponto 2**, a Comissão Permanente I, na pessoa do vice coordenador Carlos Renato Pereira Pinto informa que hoje teve uma reunião e que, apesar de terem recebido 9 processos de recursos do CDA, não houve análise, por ausência de técnico para assessorar a análise, sendo então convocada outra reunião para o dia 06/04. A Comissão Permanente II, representada pelo coordenador Carlos Ajur, diz que é esta comissão a responsável pela análise do PLANSAN. Carlos Ajur informa que a reunião ocorre de forma híbrida às 10h, destaca a necessidade de nova eleição da vice coordenação em razão da vacância deixada por Elizeth, reforça ainda, o pedido de nomeação da secretária executiva da CAISAN e manifesta preocupação com possíveis prejuízos aos municípios diante dessa ausência. Informa como encaminhamento o envio de novo ofício à Secretária, solicitando urgência na nomeação. Em seguida, o vice coordenador da Comissão III, Jhonny, informa que há dificuldade de organização interna, planejamento de realização de reunião extraordinária online, proposta de maior aproximação com a sociedade civil, estudo das diretrizes do Plano para contribuição da comissão e necessidade de maior participação dos membros. No **ponto 3** de pauta, Cleila Medina – ex secretária executiva da CAISAN, apresenta o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), destacando que se trata de um sistema intersetorial que articula políticas públicas entre União, Estados, Municípios e sociedade civil, com o objetivo de promover o Direito Humano à Alimentação Adequada, conforme previsto na Lei nº 11.346/2006 (LOSAN). Explica que o SISAN é composto por conferências, conselhos (CONSEA), CAISAN e órgãos governamentais, funcionando de forma integrada entre diferentes áreas, como produção de alimentos, saúde, educação, assistência social e direitos humanos. No âmbito estadual, destaca o papel da CAISAN/ES na coordenação estratégica, no acompanhamento técnico aos municípios e no alinhamento das políticas às diretrizes das conferências e do plano estadual. Apresenta também os instrumentos de monitoramento, como o Censo SISAN e a plataforma Visdata. Informa que, no período de setembro de 2024 a dezembro de 2025, foram realizadas ações de monitoramento, incluindo análise documental, visitas técnicas, registro de informações e diálogo institucional com gestores e conselhos municipais. Apresenta os resultados, indicando

que o Estado possui 20 municípios com adesão ativa ao SISAN, 13 em processo de adesão e 30 municípios acompanhados tecnicamente. Ressalta que houve avanço significativo a partir de 2024, com a retomada da política de segurança alimentar. Entre os principais avanços, destaca a reativação das CAISANs, o fortalecimento do diálogo entre Estado e municípios, o aumento da participação social e a elaboração de planos municipais. Como desafios, aponta a alta rotatividade de gestores, dificuldades na manutenção das instâncias, limitações orçamentárias e fragilidade na articulação intersetorial. Por fim, ressalta como principais lições a importância do monitoramento presencial, da troca de experiências entre municípios e da cooperação institucional. Indica como próximos passos a publicação do II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, reafirmando o compromisso com o direito humano à alimentação adequada e com o fortalecimento do SISAN no Espírito Santo. O presidente Giovanni agradece a apresentação de Cleila, colocando o colegiado à disposição nas lutas contra a fome e pela implantação das políticas de segurança alimentar. No **ponto 4** de pauta, Giovanni explica que o II Plano Estadual de Segurança Alimentar (PLANSAN) foi distribuído aos coordenadores e conselheiros/os para análise e estudo e que, uma vez aprovado ele se torna o instrumento de monitoramento das políticas de SAN em nosso estado, destacando que o Conselho Estadual precisa avaliar se as políticas nacionais, estaduais e municipais estão sendo cumpridas no Espírito Santo. Ele relembra que, apesar de o plano ter sido elaborado anteriormente, não foi aprovado, deixando o estado sem um plano estadual desde 2023. Nesse período, o governo executou ações a partir de seu planejamento. Agora com a possível aprovação do novo plano (válido até 2027), o Conselho passará a ter papel oficial no monitoramento e cobrança das ações propostas. Giovanni destaca a importância desse plano como referência até a próxima conferência estadual, em 2027, quando novas diretrizes poderão ser definidas. Nas discussões a conselheira Juliane propõe que as diretrizes sejam divididas em 1, 1.1 e assim por diante para melhor localização e análise; o conselheiro Jhonny propõe a inclusão das pessoas LGBTQIAPN+; o conselheiro Giovanni lembra ser importante também destacar a população em situação de rua, as marisqueiras, pescadoras e pescadores artesanais, povos originários e ciganos. Após ampla discussão o II PLANSAN foi aprovado a unanimidade dos presentes, destacando o senhor presidente que é este um momento histórico em nosso colegiado. A seguir, solicita à nossa palestrante Cleila que providencie pelo menos 200 planos impressos para uso de nosso CONSEA e para ser enviado aos COMSEAS. Por fim, ele explica a urgência na votação do plano — antecipada devido à possível mudança de governo — para garantir sua aprovação e publicação, evitando riscos de descontinuidade e fortalecendo a capacidade do Conselho de cobrar sua implementação. Nada mais havendo a tratar, as dezesseis horas e trinta minutos foi encerrada a sessão plenária pelo presidente, já convocando a próxima para o dia **30/04/2026 às 14h30**, e para constar, eu, Júnia Francine de Oliveira, secretária executiva, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.